

## CARTOGRAFIA DO SISTEMA URBANO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS<sup>1</sup>

Ederson Nascimento<sup>2</sup>  
Diana Meirelles da Motta<sup>3</sup>  
Fernando Luiz Araújo Sobrinho<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo realiza uma análise da distribuição espacial das regiões de influência de 230 centros urbanos considerados como cidades médias no território brasileiro, com base na hierarquia da rede urbana apresentada em estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015; 2020). A metodologia da pesquisa assenta-se em pressupostos e procedimentos articulados em três bases estruturais: divisão do território nacional em três regiões geoeconômicas (Amazônia, Nordeste e Centro-sul); classificação das cidades médias, a partir de critérios relativos ao porte populacional, nível de centralidade regional e situação em relação ao contexto das regiões geoeconômicas, e; identificação, mapeamento e caracterização das regiões de influência de cada uma das cidades selecionadas. Os resultados da pesquisa fornecem contribuições ao conhecimento do sistema de cidades médias do país, podendo subsidiar a elaboração de políticas de desenvolvimento territorial.

**Palavras-chave:** Regiões de Influência de Cidades. Cidades Médias. Rede Urbana. Análise Espacial. Cartografia Geográfica.

## URBAN SYSTEM CARTOGRAPHY OF BRAZILIAN MID-SIZED CITIES

**Abstract:** This article carry out an analysis of the spatial distribution of the areas of influence of 230 urban centers considered as mid-sized cities in the Brazilian territory, based on the hierarchy of the urban network presented in studies by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE (2015; 2020). The research methodology is based on assumptions and procedures articulated in three structural bases: division of the national territory into three geoeconomic regions (Amazon, Northeast and Center-South); classification of mid-sized cities, from criteria related to population amount, level of regional centrality and situation related to the context of geoeconomic regions, and; identification, mapping and characterization of the areas of influence in each of the selected cities. The research results provide contributions to the knowledge of mid-sized cities system in Brazil, and may support the elaboration of territorial development policies.

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui pesquisa integrante do projeto *Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil*, realizado no âmbito da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os resultados ora apresentados foram publicados inicialmente como seção no Relatório Institucional 2, intitulado “Sistema Urbano e Competitividade das Cidades Médias do Brasil” (MOTTA et al., 2022b). Os autores agradecem a Claudio Antonio Gonçalves Egler, Marcio Bruno Ribeiro e Rodrigo Almeida de Arruda, também integrantes do referido projeto, pelas contribuições ao desenvolvimento deste estudo.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, Chapecó, Brasil, ederson.nascimento@uffs.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-3697-5200>.

<sup>3</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, Brasília, Brasil, diana.motta@ipea.gov.br, <https://orcid.org/0009-0001-5616-5889>.

<sup>4</sup> Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia, e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos, Brasília, Brasil, flasobrinho@unb.br, <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>.

**Keywords:** Areas of Influence of Cities. Mid-Sized Cities. Urban Network. Spatial Analysis. Geographic Cartography.

## **CARTOGRAFÍA DEL SISTEMA URBANO DE CIUDADES INTERMEDIAS BRASILEÑAS**

**Resumen:** Este artículo analiza la distribución espacial de las regiones de influencia de 230 centros urbanos considerados ciudades intermedias en el territorio brasileño, a partir de la jerarquía de la red urbana presentada en estudios del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística – IBGE (2015; 2020). La metodología de la investigación se basa en supuestos y procedimientos articulados en tres bases estructurales: división del territorio nacional en tres regiones geoeconómicas (Amazonía, Nordeste y Centro-Sur); clasificación de las ciudades intermedias, con base en criterios relacionados con el tamaño de la población, el nivel de centralidad regional y la situación en relación con el contexto de las regiones geoeconómicas, y; identificación, mapeo y caracterización de las zonas de influencia de cada una de las ciudades seleccionadas. Los resultados de la investigación aportan contribuciones para el conocimiento del sistema de ciudades intermedias de Brasil, que pueden auxiliar en la elaboración de políticas de desarrollo territorial.

**Palabras clave:** Regiones de Influencia de Ciudades. Ciudades Intermedias. Red Urbana. Análisis Espacial. Cartografía Geográfica.

### **Introdução**

As cidades médias desempenham papel estratégico na rede urbana do Brasil, constituindo elos entre os espaços urbano e regional. Considera-se que tais cidades podem contribuir para o fortalecimento e criação de polos de desenvolvimento e competitividade no território, assim como estimular a desconcentração das atividades econômicas e da população, criar novas oportunidades de emprego e contribuir para a redução das disparidades regionais.

Em razão disso, os estudos sobre as cidades médias assumem especial relevância, tanto para a pesquisa científica como para as políticas de desenvolvimento econômico, social e territorial. Em tal contexto, emerge a necessidade de se conhecer a fundo o sistema de cidades médias do Brasil, mediante o exame dos processos dinâmicos que atuam no plano urbano-regional, bem como dos conjuntos de fixos e fluxos que as situam no território, e dos padrões espaciais resultantes.

Assim, o presente estudo visa contribuir com essa perspectiva, realizando uma análise da distribuição espacial do sistema urbano conformado por 230 cidades médias brasileiras e suas respectivas regiões de influência, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Objetiva-

se contribuir com o conhecimento acerca da urbanização brasileira, permitindo uma visão abrangente e, ao mesmo tempo, detalhada da articulação territorial que esses centros urbanos apresentam em níveis regionais e no plano nacional. Para tanto, lança-se mão de uma metodologia específica desenvolvida no âmbito da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA para identificação e caracterização de tais cidades, além de um conjunto de mapas temáticos concebido a partir de pressupostos da Cartografia Geográfica.

O texto, doravante, está estruturado em três partes, além das considerações finais. Na primeira seção, realiza-se uma breve abordagem teórica de conceitos estruturantes da pesquisa relacionados à urbanização – rede urbana, cidades médias e regiões de influência – acrescidos de considerações acerca da noção de cartografia geográfica adotada no estudo. Em seguida, passa-se à apresentação do mapeamento e análise do sistema urbano, apresentando, no segundo item, os pressupostos e procedimentos metodológicos e, na seção seguinte, a espacialização das regiões de influência das cidades médias.

### **Rede urbana, cidades médias, regiões de influência e cartografia geográfica: articulações conceituais**

A rede urbana tem importância decisiva para a dinâmica espacial e para o desenvolvimento regional e nacional, principalmente quando considerada em sua dimensão territorial. Não existe região sem um centro urbano que a estructure e organize o território sob sua influência (EGLER, 2010). Assim, a rede urbana pode ser concebida como um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias, envolvendo uma diferenciação complexa entre cidades numa determinada região (CORRÊA, 2006).

A rede urbana do país compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas rurais. Por meio dessa rede realiza-se o ciclo de reprodução do capital e a divisão territorial do trabalho, além de influenciar a vida política. A combinação entre a diferenciação funcional dos centros urbanos e singularidades quanto ao seu tamanho e especializações produtivas, consolidam a rede de cidades, hierarquizando-as e diferenciando-as socioespacialmente (CORRÊA, 2007). As interações dinâmicas respondem não só pela atual conformação espacial da rede urbana, mas também por sua evolução

futura, de modo que sua compreensão é fundamental para o estabelecimento de políticas públicas (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001).

As cidades médias possuem papéis específicos na rede urbana brasileira, uma vez que exercem funções de intermediação nas relações de produção e consumo, desenvolvendo centralidades regionais articuladas. Como afirma Sposito (2001, p. 631), tais cidades constituem “centros importantes nas redes de circulação de bens e serviços, uma vez que estão localizadas nas posições intermediárias da rede urbana, estabelecendo relações entre as cidades de maior e menor porte”. Amorim Filho e Serra (2001) acrescentam que as cidades médias apresentam possibilidades de atendimento às necessidades nacionais vinculadas à rede urbana, articulando-se às metrópoles, na hierarquia superior, bem como às cidades pequenas, sendo destino de fluxos migratórios, de projetos de realocação industrial e serviços, fortalecendo elos e conexões entre as diferentes cidades que integram a rede urbana. O elo urbano-regional das cidades médias confere a elas o papel de núcleos estratégicos na rede urbana, visto que capitalizam as vantagens de sua situação geográfica (SILVEIRA, 1999) e elevado desenvolvimento de seu aparato produtivo, com possibilidades de se articularem com o espaço regional, configurando, assim, sua área – ou região – de influência (STEINBERGER; BRUNA, 2001).

Assim, as chamadas *regiões de influência das cidades* (também conhecidas como hinterlândias) podem ser definidas, no contexto da rede urbana, a partir da gama de ligações das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana.

No contexto brasileiro, a série de pesquisas “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, têm fornecido importantes subsídios para o estudo dessa gama de relações espaciais, pois define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e demarca as regiões de influência a eles associadas. A REGIC classifica as cidades na rede urbana brasileira a partir de funções de gestão que exercem sobre outras cidades – levando em conta tanto o papel de comando nas atividades empresariais, quanto à gestão pública – e, ainda, em função da atratividade para suprir as demandas por bens e serviços entre cidades de distintas tipologias. A região de influência reflete o alcance espacial do comando e atratividade de uma cidade sobre outras no território nacional, isto é, as cidades que se encontram subordinadas a cada centralidade definida no estudo (IBGE, 2020b).

Diante da já mencionada importância das cidades médias, torna-se relevante delimitar e reconhecer também a geografia de suas regiões de influência. E um avanço substancial para a produção desse conhecimento pode ser alcançado lançando-se mão da utilização de uma cartografia geográfica para a análise do fenômeno, em outras palavras, de um conjunto de mapas concebidos sob uma perspectiva teórico-metodológica à luz da Geografia, e direcionados para subsidiar uma interpretação geográfica<sup>5</sup> do território (MATIAS, 1996; GIRARDI, 2007; CRAMPTON, 2010). Os mapas contribuem para a análise geográfica à medida que permitem que as informações sejam representadas de modo sistematizado, podendo-se, a partir disso, identificar de modo mais eficiente a distribuição espacial de objetos e fenômenos, bem como reconhecer as lógicas de interdependência e dissociação entre eles (LAMBERT; ZANIN, 2016).

Na análise em tela sobre as cidades médias, a cartografia geográfica viabiliza a visualização e reconhecimento espacial das regiões de influência, permitindo identificar com maior precisão sua abrangência territorial e a rede de relações estabelecida. Outra contribuição reside na possibilidade de contextualizar geograficamente os centros urbanos e a rede de cidades a partir de outros elementos constituintes do território, como, por exemplo, as distâncias entre os centros hierárquicos e os internos à hinterlândia, diferenciais de densidade do conjunto de cidades, a disposição da malha viária e aspectos fisiográficos, como rios e linhas de costa.

### **Mapeando as regiões de influência das cidades médias brasileiras: pressupostos e encaminhamentos metodológicos**

A metodologia adotada insere-se no contexto de um estudo mais amplo acerca das cidades médias brasileiras, ao qual o presente trabalho esteve vinculado<sup>6</sup>, e parte de três pilares básicos, sendo o primeiro deles a adoção de uma regionalização geoeconômica para contextualização da urbanização, seguida dos

---

<sup>5</sup> Fala-se aqui em “uma interpretação geográfica” por reconhecer-se que a interpretação da realidade cartografada a partir de um mapa não depende apenas da visão que o mapeador possui sobre a mesma, e que imprime sobre a representação cartográfica quando de sua concepção do mapa, mas também pelos vários “prismas” – conhecimentos acumulados, preconcepções e outras mediações – que o leitor do mapa possui sobre essa mesma realidade pretensamente cartografada e que acabam influenciando-a, tal como observa, entre outros, Salichtchev (1978).

<sup>6</sup> A descrição detalhada da metodologia desenvolvida no âmbito da pesquisa do IPEA sobre cidades médias é apresentada em dois relatórios técnico-científicos (MOTTA et al., 2022a; 2022b), sendo o primeiro deles voltado aos procedimentos de definição e caracterização das cidades médias, e o segundo abordando a matriz de ligações definidora de suas hinterlândias.

procedimentos para definição do conjunto de cidades médias, e do mapeamento de suas respectivas regiões de influência.

### ***Regionalização geoeconômica***

Em primeiro lugar, visando dar conta dos principais diferenciais da formação socioespacial regional brasileira, estabelece-se uma divisão macrorregional do Brasil em *três regiões geoeconômicas* – adaptando a concepção original de Geiger (1964) para coincidir com os limites estaduais atuais. São elas: i) *Amazônia*, que corresponde à região geográfica Norte, acrescida do estado de Mato Grosso; ii) *Nordeste*, com os mesmos estados da região geográfica homóloga, e; iii) *Centro-sul*, que articula as regiões geográficas Sul e Sudeste ao Centro-oeste (com exceção do estado de Mato Grosso).

De modo geral, o Centro-sul se configura como a região de maior desenvolvimento econômico, concentração demográfica, industrialização e com a rede urbana mais densa e diversa do país. Já o Nordeste apresenta uma defasagem temporal em relação aos processos que impulsionam a economia nacional, em grande parte devida a permanência de relações sociais pretéritas, enquanto que a Amazônia simboliza a fronteira de expansão do agronegócio e das atividades extrativas minerais, diretamente vinculadas ao mercado mundial de *commodities*.

As regiões geoeconômicas da Amazônia, Nordeste e Centro-sul se associam às estruturas urbanas identificadas a partir das regiões de influência das cidades, formando a armadura da rede urbana brasileira. Estas refletem os distintos tempos do processo de urbanização do país, mostrando suas dinâmicas diferenciadas.

### ***Definição do universo de cidades médias***

A definição de cidade média no presente estudo tem como principais referenciais os estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2012) e do IBGE (2015; 2020b).

Primeiramente, visando dar conta da diversidade morfológica e político-administrativo das cidades médias, utiliza-se a diferenciação proposta pelo IBGE (2015) entre *município isolado* e *arranjo populacional*. A denominação de município isolado corresponde aos espaços em que a área urbanizada (e a própria dinâmica intraurbana) fica predominantemente circunscrita aos limites de um único município.

O arranjo populacional (AP), por sua vez, corresponde a um agrupamento de dois ou mais municípios onde há forte integração populacional em decorrência de movimentos pendulares, ou devido à contiguidade entre áreas urbanizadas principais dos municípios.<sup>7</sup>

Para a definição do quantitativo de cidades médias, foram adotados ainda os seguintes critérios:

- i) População do município, ou do conjunto de municípios no caso de APs (ano base 2020): com dois recortes populacionais: população inferior a 700 mil habitantes, e igual ou superior a 100 mil habitantes, para a região Centro-sul, e; população inferior a 700 mil habitantes, e igual ou superior a 75 mil habitantes, para as regiões geoeconômicas Amazônia e o Nordeste.
- ii) Centralidade: hierarquia e papel na rede urbana do Brasil, refletindo suas características funcionais, conforme a pesquisa REGIC 2018, do IBGE.
- iii) Características funcionais e espaciais das estruturas urbanas no contexto das três regiões geoeconômicas, que se diferenciam por ritmo de urbanização, nível de adensamento da rede de cidades, e grau de complementaridade dos centros urbanos componentes.
- iv) Não ser integrante de “grande área metropolitana” (concentração urbana com população superior a 3 milhões de habitantes) ou de “área metropolitana” (concentração urbana com população entre 700 mil e 3 milhões de habitantes).

Para a identificação das cidades médias na rede urbana nacional, utilizou-se a tipologia desenvolvida pelo IBGE na pesquisa REGIC de 2018 (IBGE, 2020b), na qual as cidades médias são hierarquizadas, da maior para a menor centralidade, em:

- *Capitais regionais B e C* (níveis 2B e 2C): centros urbanos pertencentes ao segundo nível hierárquico da rede urbana, os quais possuem alta concentração de atividades de gestão, mas com menor alcance em termos de região de influência em comparação como o nível hierárquico superior (o das metrópoles);
- *Centros sub-regionais A e B* (níveis 3A e 3B): cidades com centralidade regional intermediária, com média nacional de 85 mil habitantes;
- *Centros de zona A e B* (níveis 4A e 4B): cidades com menores níveis de atividades de gestão, exercendo polarização em um número restrito de cidades, e;
- *Centros locais* (nível 5): exercem influência limitada aos seus próprios limites territoriais, eventualmente atraindo população de municípios vizinhos.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> No total nacional, o IBGE (2020b) classificou os 5.570 municípios brasileiros em 4.610 municípios isolados, e outros 960 compondo 289 arranjos populacionais, sendo que 27 deles localizam-se em fronteiras e apresentam conurbação com cidades de outros países – são os arranjos populacionais internacionais (APIs).

<sup>8</sup> Completam a tipologia da rede urbana brasileira outros quatro níveis hierárquicos (todos acima das cidades médias): *grande metrópole nacional* (1A) – correspondente ao AP de São Paulo, principal

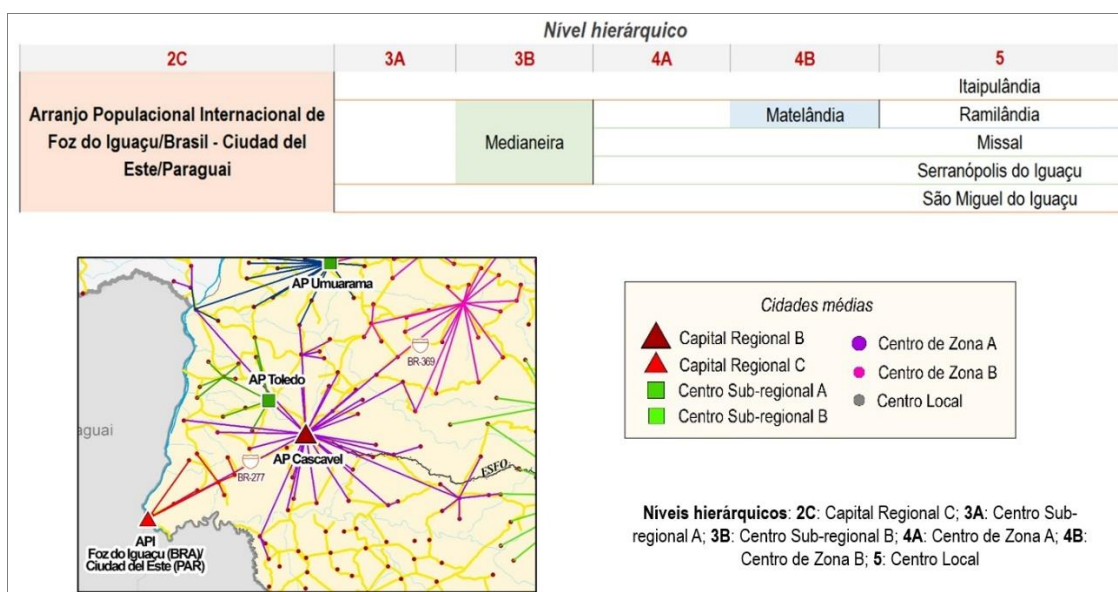
### ***Identificação e representação cartográfica do sistema urbano***

Inicialmente, realizou-se a produção de uma base de dados geográficos (LONGLY et al., 2015), contendo camadas vetoriais e dados estatísticos de interesse (em sua maioria, disponibilizados pelo IBGE), estruturada segundo o encaminhamento metodológico apresentado por Zeiler (2000), e utilizando o software de geoprocessamento ArcGIS™.

Os mapas temáticos foram produzidos tendo como principal fonte de dados a malha vetorial bruta georreferenciada da pesquisa REGIC 2018. Essa base de dados apresenta todos os tipos de relacionamentos (chamados de *ligações*) entre todas as cidades do país levantados e mapeados no âmbito da referida pesquisa. Utilizando técnicas de consulta a banco de dados espacial, foi construída uma matriz das regiões de influência das cidades médias, selecionando, para cada cidade média, apenas as demais cidades com níveis hierárquicos inferiores àquela e a ela vinculadas.

A fim de ilustrar o procedimento metodológico desenvolvido, vejamos, a título de exemplo, a identificação da região de influência de uma das cidades médias do estudo, o Arranjo Populacional Internacional de Foz do Iguaçu / Ciudad del Este. Esta, que é uma capital regional C, apresenta relações dinâmicas com sete cidades com posições hierárquicas “à jusante”, ou seja, abaixo da sua, integrando assim a sua região de influência. Como mostra o esquema da Figura 1, destas setes cidades, Medianeira (3B) e Matelândia (4B) também possuem cidades abaixo delas na rede hierárquica, podendo-se considerar, portanto, que cada uma delas também articula uma região de influência própria, ainda que com poucas cidades – a de Medianeira agregando as cidades 4B e 5, e, no caso de Matelândia, juntando ela própria apenas ao centro local Ramilândia.



**Figura 1** - Composição da região de influência do API de Foz do Iguaçu / Ciudad del Este

Fonte: adaptado de IBGE (2020b). Org.: Ederson Nascimento.

A Figura 2, por sua vez, apresenta a operação de consulta na base de dados geográficos. O campo “vínculo”, inserido na sintaxe (parte destacada em vermelho), identifica as cidades que mantêm relações dinâmicas com a cidade “à montante”, identificada, no caso, a partir do campo “nome\_dest”. As repetições inseridas na expressão de busca (trechos entre parênteses após o conector *booleano* “or”) são aplicadas justamente para selecionar as cidades que possuem vinculação apenas com outra cidade subordinada à cidade média, mas não diretamente com ela. É o caso das cidades de Missal, Ramilândia e Serranópolis do Iguaçu, mostrados na Figura 1, que integram a hinterlândia por possuírem vínculos (representado pelas linhas verdes) com a cidade de Medianeira, embora não apresentem ligação direta a Foz do Iguaçu (linhas alaranjadas).

**Figura 2** – Procedimento de consulta em base de dados no software ArcGIS™ para identificação da região de influência de uma cidade

The screenshot displays two windows from the ArcGIS software. On the left is a 'Table' window showing a table named 'REGIC2018\_Ligacoes\_entre\_Cidades'. The table has five columns: 'nome\_ori', 'coduf', 'uf', 'nivel\_ori', and 'classe\_ori'. The data rows are as follows:

nome_ori	coduf	uf	nivel_ori	classe_ori
Medianeira	41	PR	3B	Centro Sub-Regional B
Matelândia	41	PR	4B	Centro de Zona B
Itaipulândia	41	PR	5	Centro Local
Missal	41	PR	5	Centro Local
Ramilândia	41	PR	5	Centro Local
São Miguel do Iguaçu	41	PR	5	Centro Local
Serranópolis do Iguaçu	41	PR	5	Centro Local

Below the table, it indicates '(7 out of 32062 Selected)'. On the right is the 'Select by Attributes' dialog box. It contains a text area with the following SQL query:

```
SELECT * FROM REGIC2018_Ligacoes_entre_Cidades WHERE:
"nome_dest" = 'Arranjo Populacional Internacional de Foz do Iguaçu, Brasil - Ciudad del Este/Paraguai' AND "vinculo" = 'sim' OR ("nome_dest" = 'Medianeira' AND "vinculo" = 'sim') OR ("nome_dest" = 'Matelândia' AND "vinculo" = 'sim')
```

The dialog box also includes various logical operators (Like, And, Or, Not, etc.) and buttons for 'Clear', 'Verify', 'Help', 'Load...', 'Save...', 'Apply', and 'Close'.

Fonte: adaptado de IBGE (2020b). Org.: Ederson Nascimento.

Ainda aproveitando o mesmo exemplo, vale ressaltar que a região de influência direta do API de Foz do Iguaçu / Ciudad del Este está vinculada “à montante” ao AP de Cascavel, cidade média posicionada um nível acima na hierarquia urbana (capital regional B) e que exerce maior influência regional, incluindo também em sua hinterlândia as cidades que integram a região do API de Foz do Iguaçu. Isso ocorre porque ambas cidades estendem suas centralidades a um mesmo conjunto de cidades, mas a maior amplitude e diversificação de serviços para consumo, bem como a presença de estabelecimentos de gestão pública e empresarial nas cidades com níveis hierárquicos superiores, fazem com que estas tendam a estabelecer fluxos mais intensos e partindo de um número maior de lugares.

Os dados levantados para as regiões de influência das cidades médias foram geoprocessados e analisados no software supramencionado e, em seguida, espacializados em uma coleção de mapas temáticos, nos quais a definição de cada região é feita a partir de uma rede de linhas que articulam os centros urbanos à sua cidade central.

### Distribuição espacial do sistema urbano das cidades médias

Foram identificadas 230 cidades médias no Brasil, sendo 93 arranjos populacionais e 137 municípios isolados. No total, as cidades médias são constituídas por 461 municípios. A Tabela 1 apresenta o quantitativo das cidades médias identificadas segundo as regiões geoeconômicas e os níveis de centralidade urbana.

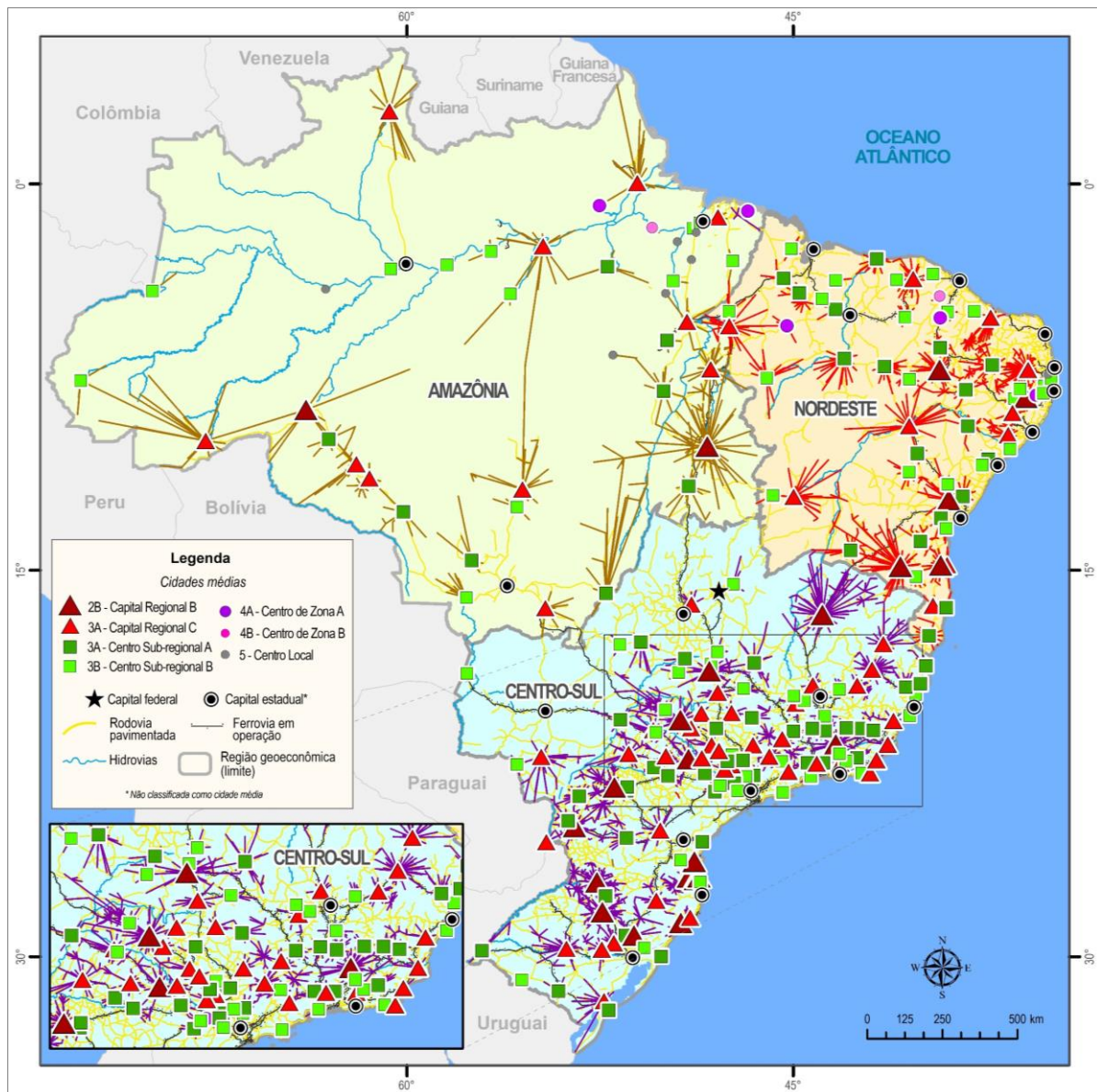
**Tabela 1** – Brasil: cidades médias segundo níveis de centralidade na rede urbana

Tipo	Região geoeconômica			Total
	Centro-Sul	Nordeste	Amazônia	
Capital Regional B	14	5	2	21
Capital Regional C	39	10	11	60
Centro Sub-regional A	41	18	8	67
Centro Sub-regional B	31	23	12	66
Centro de Zona A	1	3	2	6
Centro de Zona B	-	1	1	2
Centro Local	-	2	6	8
<i>Total</i>	<i>126</i>	<i>62</i>	<i>42</i>	<i>230</i>

Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2020a; 2020b).

A configuração territorial de regiões de influência das cidades médias guarda relação com os graus variados de densidade e de articulação da rede urbana nacional, o que, por sua vez, resulta principalmente do número de cidades com porte econômico e populacional mais elevado (metrópoles e capitais regionais A), bem como de nuances do mapa político-administrativo do território, definidas pelos diferenciais de divisões de municípios, que incidem especialmente sobre o quantitativo de cidades (Figura 3).

**Figura 3-** Brasil: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias.



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

Nas porções do território nacional em que a rede urbana é mais articulada, as cidades médias estendem sua influência sobre um conjunto menor de cidades. Essa configuração urbana se mostra mais presente em áreas da região geoeconômica Centro-sul: na maior parte dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como na metade meridional de Minas Gerais, centro-sul de Goiás, litoral e Vale do Itajaí catarinenses, e, no Rio Grande do Sul, na faixa entre os arranjos populacionais de Caxias do Sul a leste, e de Santa Cruz do Sul a oeste, próxima à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Por sua vez, as cidades médias situadas em outras áreas articulam regiões com extensões variadas. Entretanto, são nestas áreas do país onde estão localizadas as maiores regiões de influência em termos de número de cidades, refletindo o alcance territorial mais amplo das capitais regionais B e C. Palmas (TO), na Amazônia, APs de Campina Grande (PB) e Vitória da Conquista (BA), no Nordeste, AP de Chapecó (SC) e Passo Fundo (RS), no Centro-sul, são exemplos (Figura 3).

A seguir, apresenta-se uma breve caracterização da distribuição espacial de suas regiões de influência em cada uma das grandes regiões geoeconômicas.

### **Amazônia**

A rede de cidades médias na Amazônia caracteriza-se pela forma com que elas se conectaram aos mercados regionais, nacionais e globais – as ligações fluviais, rodoviárias e ferroviárias – definindo-se três áreas, cada uma com um padrão espacial predominante: *Amazônia ocidental*, com cidades ainda dependentes das relações através da rede fluvial; *Amazônia meridional*, com articulação urbana pela rede rodoviária; e *Amazônia oriental*, onde a conectividade apresenta hibridismo entre a rede fluvial e as redes rodoviárias e ferroviárias.

Na Amazônia ocidental, a articulação espacial ainda apresenta forte dependência hidroviária, como no caso das cidades do Amazonas, do Acre e, de certa maneira, Roraima – embora sua principal ligação seja rodoviária com Manaus, e daí por rio ao exterior. A Amazônia meridional corresponde à porção da região amazônica integrada ao território nacional a partir dos anos 1970, a partir da construção de uma rede de estradas que partem principalmente de Brasília e Cuiabá, e envolve os estados de Rondônia, Mato Grosso e Tocantins. Por sua vez, a Amazônia oriental engloba cidades que possuem influência direta da expansão rodoviária e ferroviária (estradas de ferro Carajás e Serra do Navio) sobre a rede anterior formada por rios, caso dos estados do Pará e Amapá.

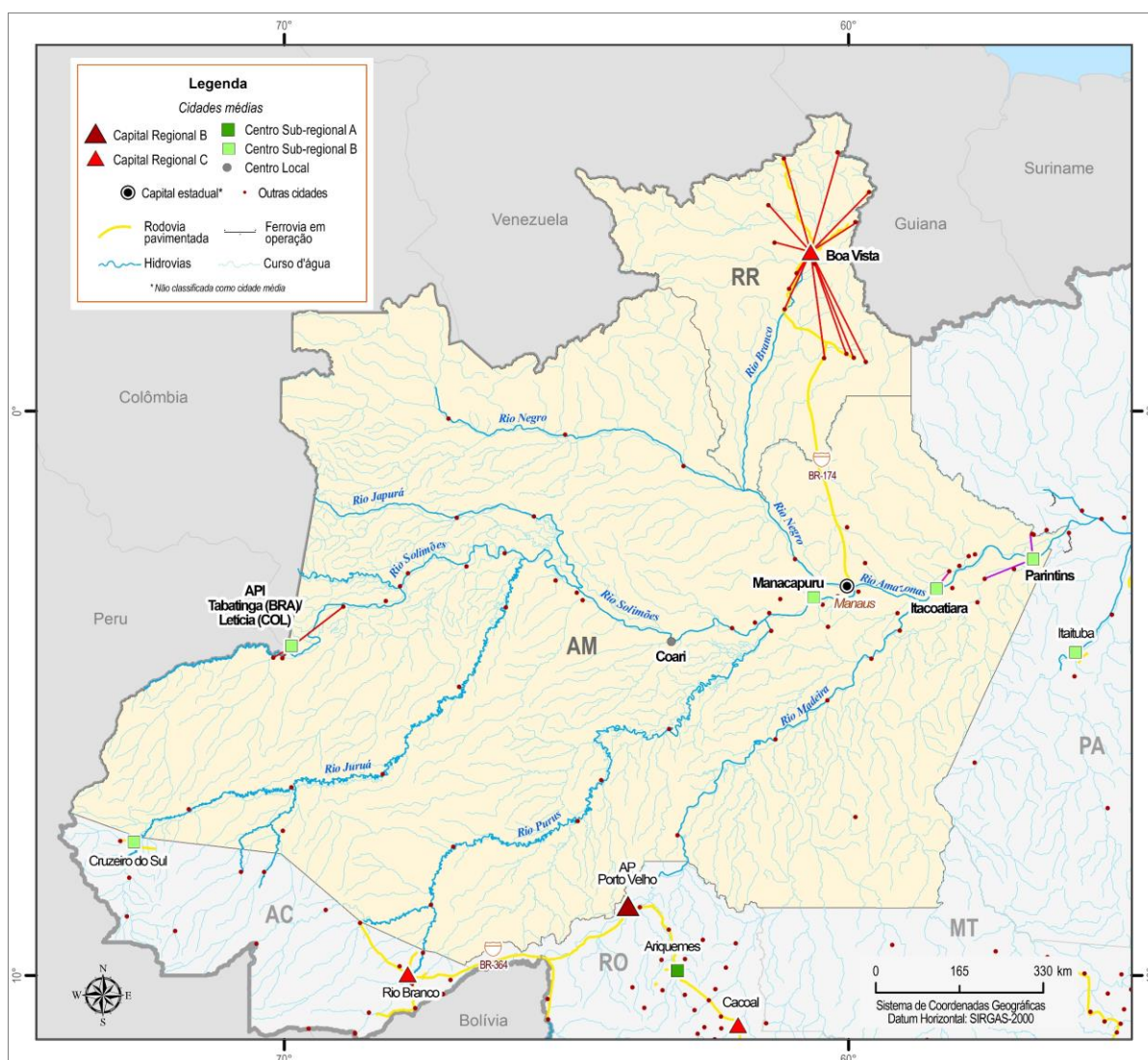
Nos estados do Amazonas, Amapá, Roraima e nas porções centro-ocidentais do Acre e do Pará, a rede de cidades médias apresenta-se bastante rarefeita, com elevadas distâncias entre os núcleos urbanos. Nessas áreas, os rios seguem demarcando a localização das cidades de maior destaque, ao se constituírem como eixos preferenciais (quando não, únicos) de deslocamento em superfície e de articulação das cidades às hinterlândias, à montante, e às metrópoles da região amazônica (Manaus e Belém) à jusante. Trata-se de um arranjo espacial dendrítico,

em vigor em partes da Amazônia desde os primórdios da conformação da rede urbana regional (CORRÊA, 2006).

No Amazonas, das poucas cidades médias do estado, duas (Parintins e Itacoatiara) margeiam o médio curso do rio que nomeia o estado, e outras duas estão em beiras do rio Solimões (Coari e Manacapuru), esta última nas proximidades de Manaus. Mais a oeste, na tríplice fronteira com a Colômbia e o Peru, está Tabatinga, conurbada à colombiana Letícia. Todas essas cidades, porém, estendem influência sobre um baixo número de municípios (Figura 4). O mesmo vale para Cruzeiro do Sul, no Acre, praticamente isolada da capital estadual Rio Branco (Figura 7).

No Amapá e em Roraima, por sua vez, as capitais – AP de Macapá e Boa Vista – apresentam papel macrocefálico, estendendo suas regiões de influência a todas as demais cidades de seus estados (Figuras 4 e 5). As capitais de estados mais novas da região amazônica – as duas cidades supracitadas, mais Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Palmas (TO) – apresentaram destacado crescimento, alavancadas pela ação do Estado por meio da implantação de diversas instituições públicas e outros investimentos, causando efeitos positivos sobre o setor terciário e contribuindo, por seu turno, para a atração de migrantes (CORRÊA, 2006).

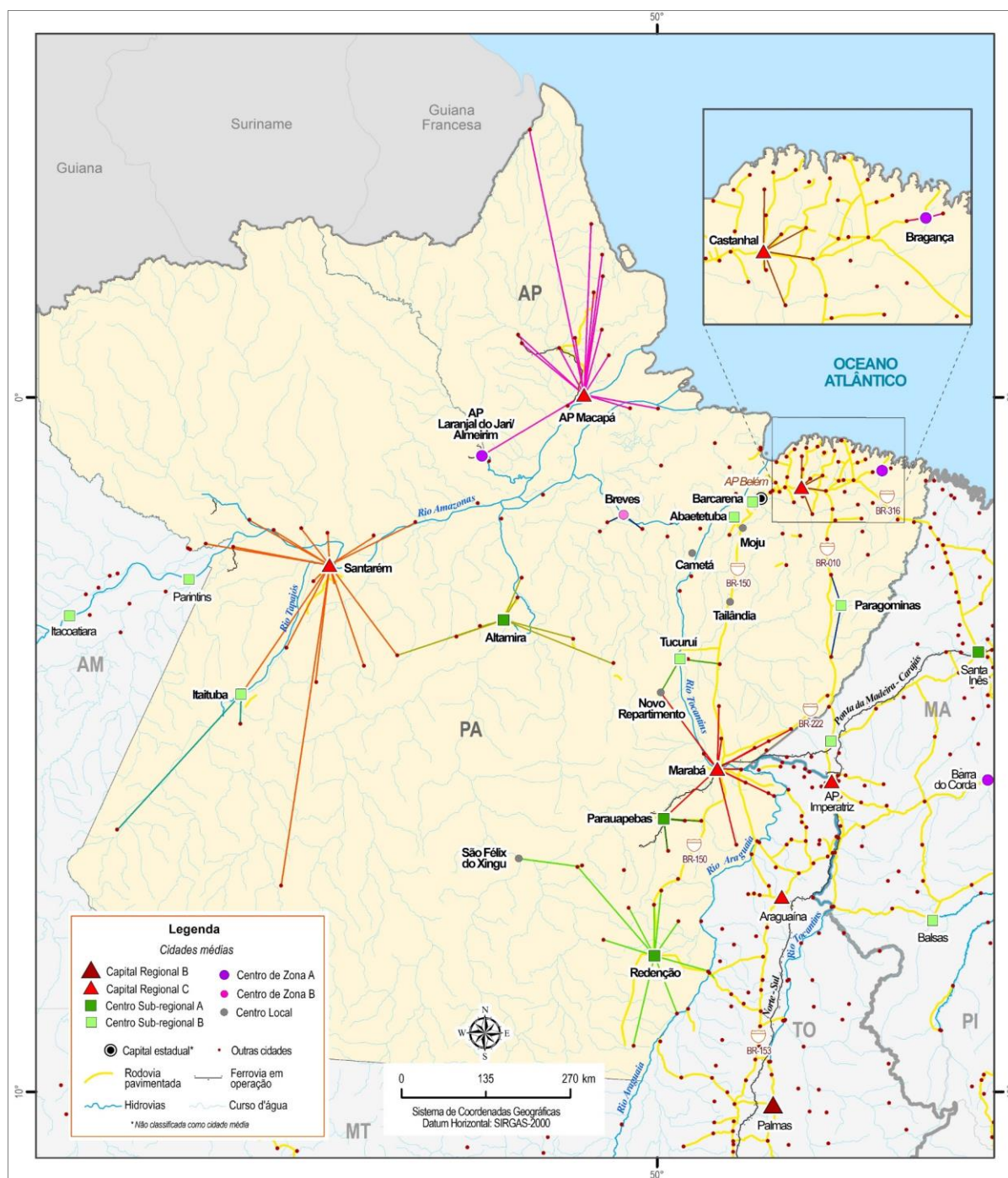
**Figura 4-** Amazonas e Roraima: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

Na porção oeste do Pará, a cidade de Santarém, situada na foz do rio Tapajós, é outra cidade que capitaneia vasta região dependente dos fluxos fluviais. No nordeste do estado, encontra-se a chamada Zona Bragantina, pequena região que conforma um perfil diferencial de ocupação urbana. Trata-se de áreas de colonização antiga, ocupadas ainda no período colonial para o abastecimento de Belém. Nessa área desenvolveram-se numerosas cidades de pequeno porte populacional, que atualmente estão sob a influência de Castanhal e da metrópole belenense (Figura 5).

Figura 5- Amapá e Pará: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).



Um outro padrão espacial de regiões de influência de cidades médias na Amazônia é demarcado por um grande arco que se estende desde o baixo vale do rio Tocantins, no nordeste do Pará, até o leste do Acre, articulando áreas nas bordas oriental e meridional da floresta amazônica. Trata-se, na acepção de Corrêa (2006), da “fronteira de expansão capitalista”, materializada pelo avanço da ocupação agropecuária, por projetos de mineração e energia e criação de novas cidades e núcleos de povoamento, ao custo, contudo, de impactos ambientais e conflitos sociais de grande monta.

O padrão linear original [de ocupação] vem sendo redesenhado por novos eixos de transporte e infraestrutura ao longo dos quais se concentram os investimentos públicos e privados, os migrantes e os núcleos urbanos emergentes, gerando forte pressão sobre o meio ambiente em termos de desmatamentos, queimadas e conflitos fundiários, em faixas de cerca de 100 km de cada margem das estradas.

O adensamento da rede viária e urbana no leste do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, no Arco do Povoamento Adensado, rompe o padrão linear ao longo da borda da floresta. Nesse território está concentrada a parcela mais expressiva da economia regional, à exceção de Belém e seu entorno e da Zona Franca de Manaus. Também concentra o maior número de focos de calor e vasta extensão de terras abandonadas. As novas frentes de expansão são pontas de lança que a partir do grande arco estendem o povoamento em direção ao interior da floresta (EGLER, 2010, p. 96-97).

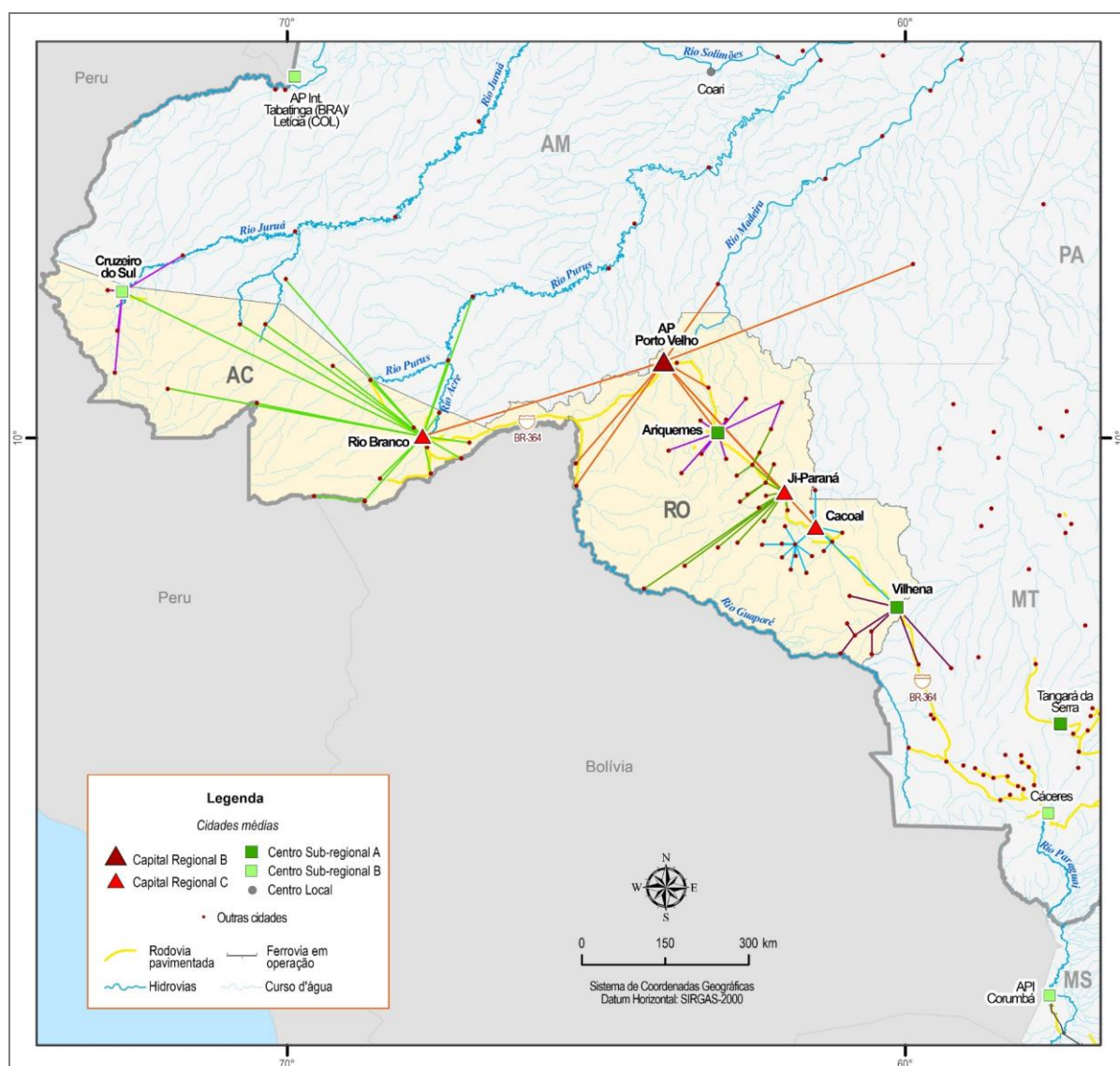
No Pará, as áreas inseridas nesta dinâmica estão situadas no leste e no sudeste do estado, nos vales do Araguaia e médio Tocantins, articuladas pela rodovia Transbrasiliana (PA-150), e no corredor da rodovia Belém-Brasília (BR-010). Destaques para Marabá (centro 2C), que estende sua influência sobre várias cidades da chamada região do “Bico do Papagaio”, disputando com o AP de Imperatriz (MA) o protagonismo regional. A referida cidade paraense capitaliza recursos derivados da agropecuária e da mineração na área de Carajás, aproveitando-se de sua situação geográfica estratégica: constitui importante entroncamento rodoferroviário, com saídas para as rodovias Transbrasiliana e Transamazônica (BR-230), e para a estrada de Ferro Carajás, além de dispor de infraestrutura portuária para escoamento de cargas pelo rio Tocantins (Figura 5).

No Tocantins, a jovem capital Palmas (2B) polariza mais de uma centena de municípios. Fundada em 1989, a cidade posicionou-se como “elo” urbano de ligação em uma vasta porção do Matopiba, desde o norte do estado, onde divide o protagonismo com Araguaína (centro 2C, mas que integra a sua região de influência), até a faixa mais densamente urbanizada no Planalto Central (GO e DF),



- No sul do Mato Grosso, em articulação rodoviária com Goiás e Mato Grosso do Sul: destaque para Rondonópolis (2C), na “ponta de trilhos” da ferrovia que articula a região a São Paulo;
- Em um vetor sul-norte que se estende na porção central de Mato Grosso em torno da BR-163, com destaque para Sinop (2C), e;
- A partir da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), que segue acompanhando a fronteira oeste desde o Mato Grosso em direção ao Acre. Nele, configurou-se a rede urbana de Rondônia a partir do AP de Porto Velho, capital regional B (situada na cabeceira do rio Madeira e no ponto final da estrada Transamazônia), com quatro centros emergentes: Ji-Paraná e Cacoal (2C), Ariquemes e Vilhena (3A). O eixo se completa a oeste com a articulação a Rio Branco, capital regional C (Figuras 6 e 7).

**Figura 7-** Acre e Rondônia: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



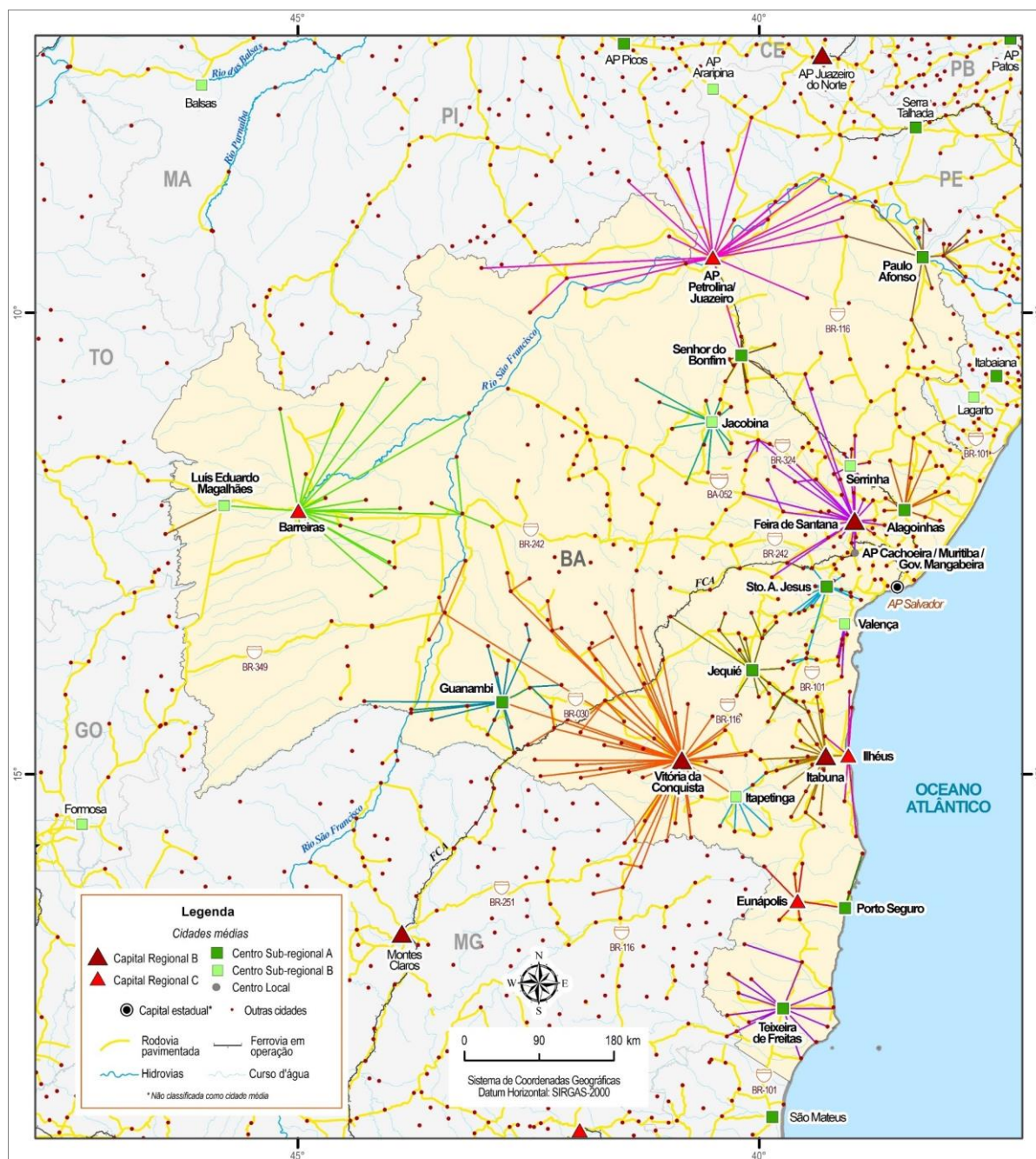
Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

### **Nordeste**

O maior número de cidades médias na região geoeconômica Nordeste está na Bahia: são 23 incluindo-se o AP de Petrolina-Juazeiro (compartilhado com Pernambuco). A maior concentração se encontra na faixa leste do estado, articulando centros de regiões de ocupação antiga:

- Nas proximidades da Região Metropolitana de Salvador, nas regiões do Portão do Sertão (destaque para Feira de Santana, capital regional B), Recôncavo (Santo Antônio de Jesus), Sisal (Serrinha), além das cidades de Alagoinhas, já no agreste baiano;
- Na porção sul-sudeste do estado, nos eixos das rodovias BR-101 – Itabuna (2B), Ilhéus (2C), Eunápolis (2B), Porto Seguro e Teixeira de Freitas – e, mais para o interior, da BR-116 – destaque para Vitória da Conquista (2B), com influência sobre extenso território no sudoeste baiano e, mais a norte, em direção às chamadas regiões do Sertão Produtivo e da Bacia do Paramirim;
- Um terceiro eixo parte do Sertão do São Francisco, desde o AP Petrolina-Juazeiro (2C), que polariza praticamente todo o norte da Bahia, além de parte do oeste pernambucano (Figura 8).

Cabe destacar, também, as centralidades exercidas por Barreiras (2C) e, em menor proporção, Luís Eduardo Magalhães, no oeste do estado, em área que integra a chamada região do Matopiba. Institucionalizada em 2015 para fins de promoção de políticas de desenvolvimento regional, este recorte regional – que inclui também, além do oeste baiano, todo o território do Tocantins, e partes do sudoeste do Piauí e porções sul e nordeste do Maranhão – tem sido alvo de diversas transformações socioeconômicas nas últimas duas décadas ligadas à ampliação da infraestrutura viária, logística e energética, desencadeando, entre outras consequências, a emergência de polos de expansão da agropecuária moderna de alta produtividade (MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014). Os dois referidos polos regionais do oeste baiano estão entre as cidades mais beneficiadas por essa dinâmica.

**Figura 8-** Bahia: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias

Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

No Maranhão (Figura 9), a influência de Balsas (3B) e, em parte, de Imperatriz (2C) em suas amplas hinterlândias deve-se à mesma dinâmica regional do agronegócio – esta última possui uma base econômica mais diversificada (indústria siderúrgica e de papel e celulose, e geração de energia). No restante do estado, as redes das cidades médias conformam dois eixos principais: um, acompanhando a estrada de ferro Carajás desde Açailândia a Santa Inês; um segundo, partindo daí pela rodovia BR-316 rumo a sudeste até Caxias, no

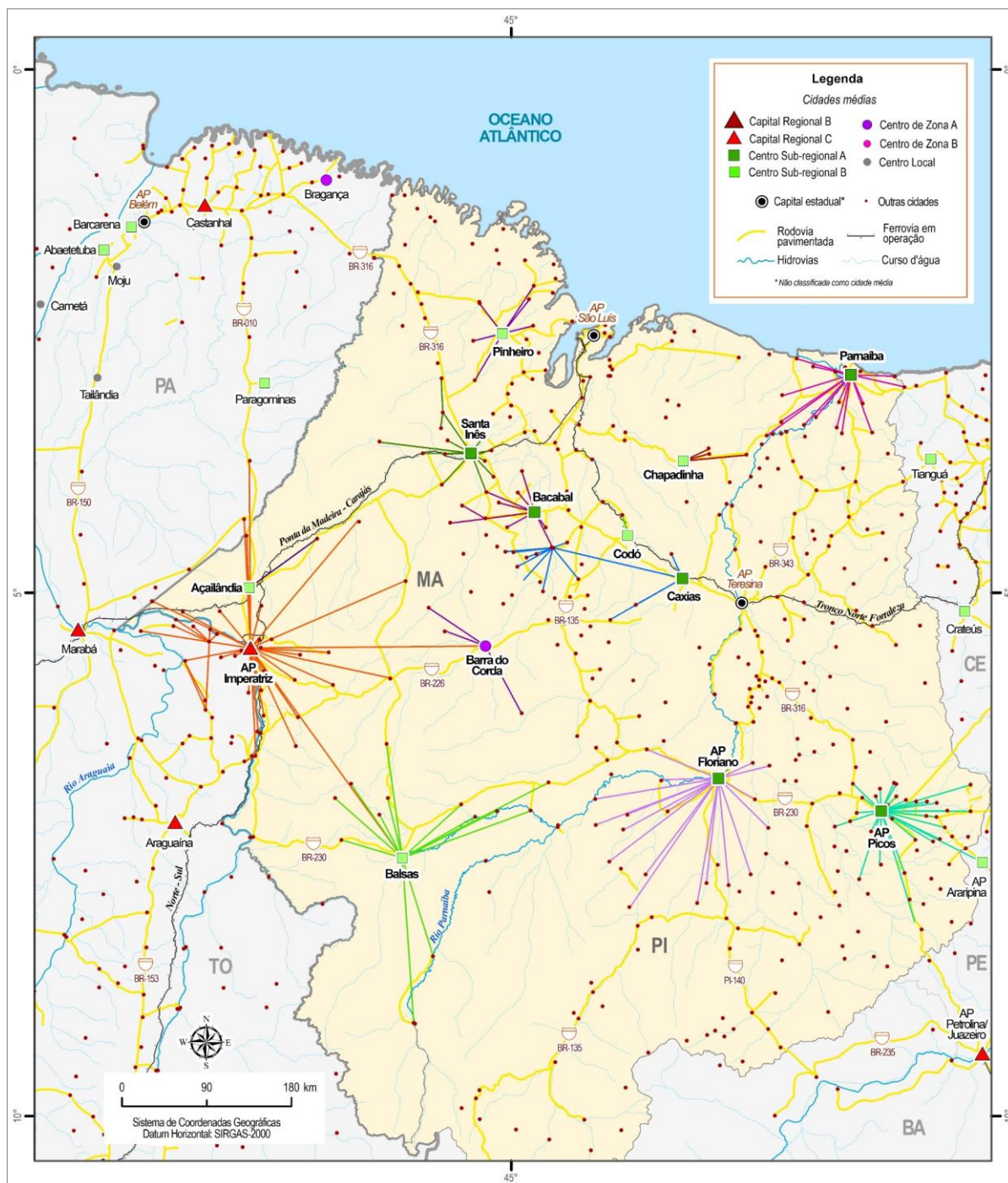
entroncamento com o ramal da ferrovia conhecida como São Luís-Teresina (ramal da Ferro Norte-Fortaleza).

No Piauí, a influência da capital Teresina e sua situação geográfica peculiar – situada na porção central do estado, destoando da localização litorânea das demais capitais nordestinas – e o desequilíbrio regional da urbanização permitiram a conformação de apenas três cidades médias (todas centros sub-regionais), distantes entre si e da capital estadual e com amplas hinterlândias: Parnaíba, no delta do rio que a nomeia, que têm crescido graças à fruticultura irrigada e ao turismo praiano e histórico; e outros dois centros comerciais, os APs de Floriano e de Picos, localizados na porção central do estado, no vetor da rodovia Transamazônica (Figura 9).

No trio Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, observa-se forte centralidade de quatro capitais regionais e de um centro sub-regional, todos distantes das capitais estaduais e da faixa litorânea: no Ceará, o AP de Juazeiro do Norte (2B) na porção meridional, e o AP de Sobral, no noroeste; Mossoró (2C), no oeste potiguar; e Campina Grande (2C), no Agreste da Paraíba. A “meio caminho” entre os três últimos, o AP de Patos (3A), que integra a região de influência de Campina Grande definida pelo IBGE, disputa com esta a centralidade sobre o oeste paraibano (Figura 10).

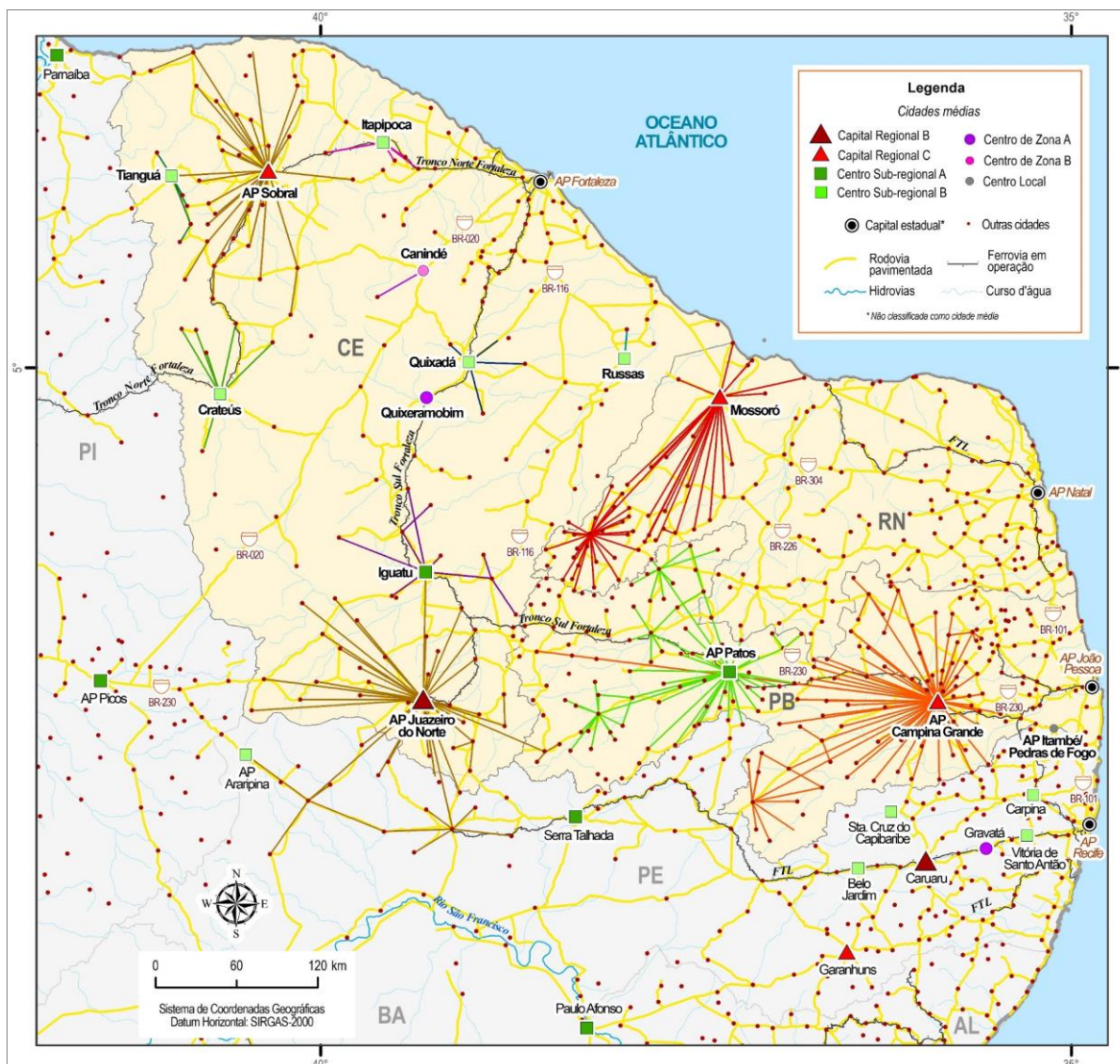
Em Pernambuco, na metade leste do estado, que abriga uma das redes urbanas mais densas do Nordeste, Caruaru (2B) e, em menor grau, Garanhuns (2C) assumem protagonismo na região do Agreste pernambucano. No restante do estado, onde a rede de cidades é bem mais rarefeita, as maiores influências regionais são de Serra Talhada (3A) na porção central, e do já citado AP de Petrolina – Juazeiro (2C) no vale do rio São Francisco. Ademais, cabe mencionar o papel de Goiana (3B), na costa setentrional do estado, que vem apresentando destacado crescimento econômico na última década como efeito, sobretudo, do fortalecimento de seu polo industrial (Figura 11).

Figura 9- Maranhão e Piauí: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

**Figura 10-** Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias

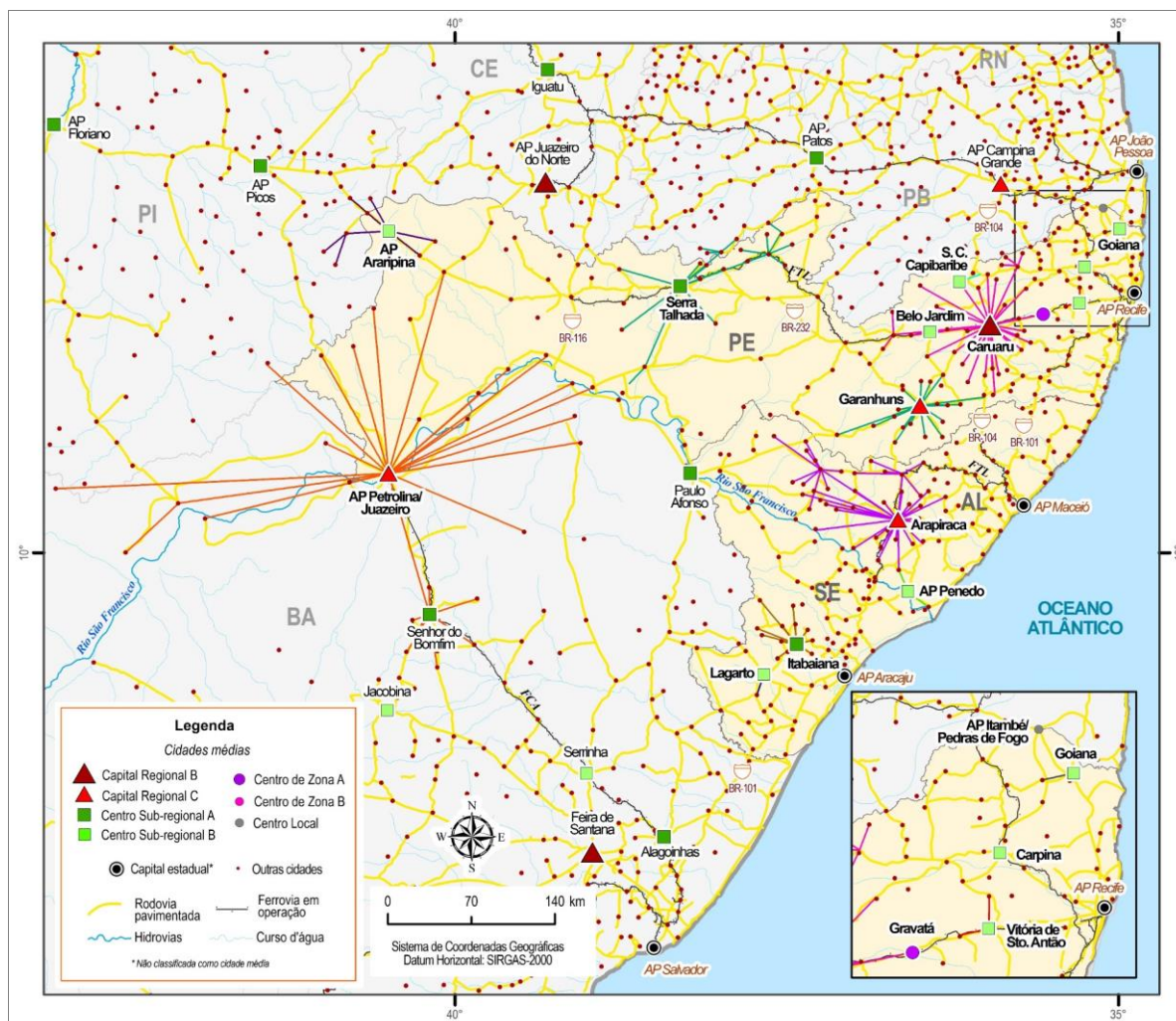


Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

Por fim, em Alagoas, a geografia da urbanização no estado favoreceu Arapiraca, que estende seu campo de influência por todo o Agreste e parte do Sertão, no estado. Situação geográfica semelhante exerce Itabaiana, no Agreste sergipano (Figura 11).



**Figura 11-** Pernambuco, Alagoas e Sergipe: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

### **Centro-Sul**

Nesta região geoeconômica, a rede de cidades médias e suas hinterlândias assumem configuração espacial mais complexa, traduzindo o patamar mais intenso da urbanização desenvolvida nessa porção do território nacional. Aqui encontra-se a maior densidade de cidades médias e com graus elevados de articulação espacial entre si, resultado de uma divisão territorial do trabalho com maior diversificação e complementaridade de circuitos espaciais produtivos, assentados em sistemas de engenharia mais sofisticados comparativamente às demais regiões do país, o que viabiliza maior conectividade e fluidez entre os lugares. Trata-se, pois, da porção do território nacional onde o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002; SANTOS; SILVEIRA, 2010) atinge os níveis mais elevados de consolidação e de articulação horizontal e vertical, sustentando e sendo sustentado pelo padrão de

urbanização, cuja rede de cidades é uma de suas expressões espaciais mais concretas.

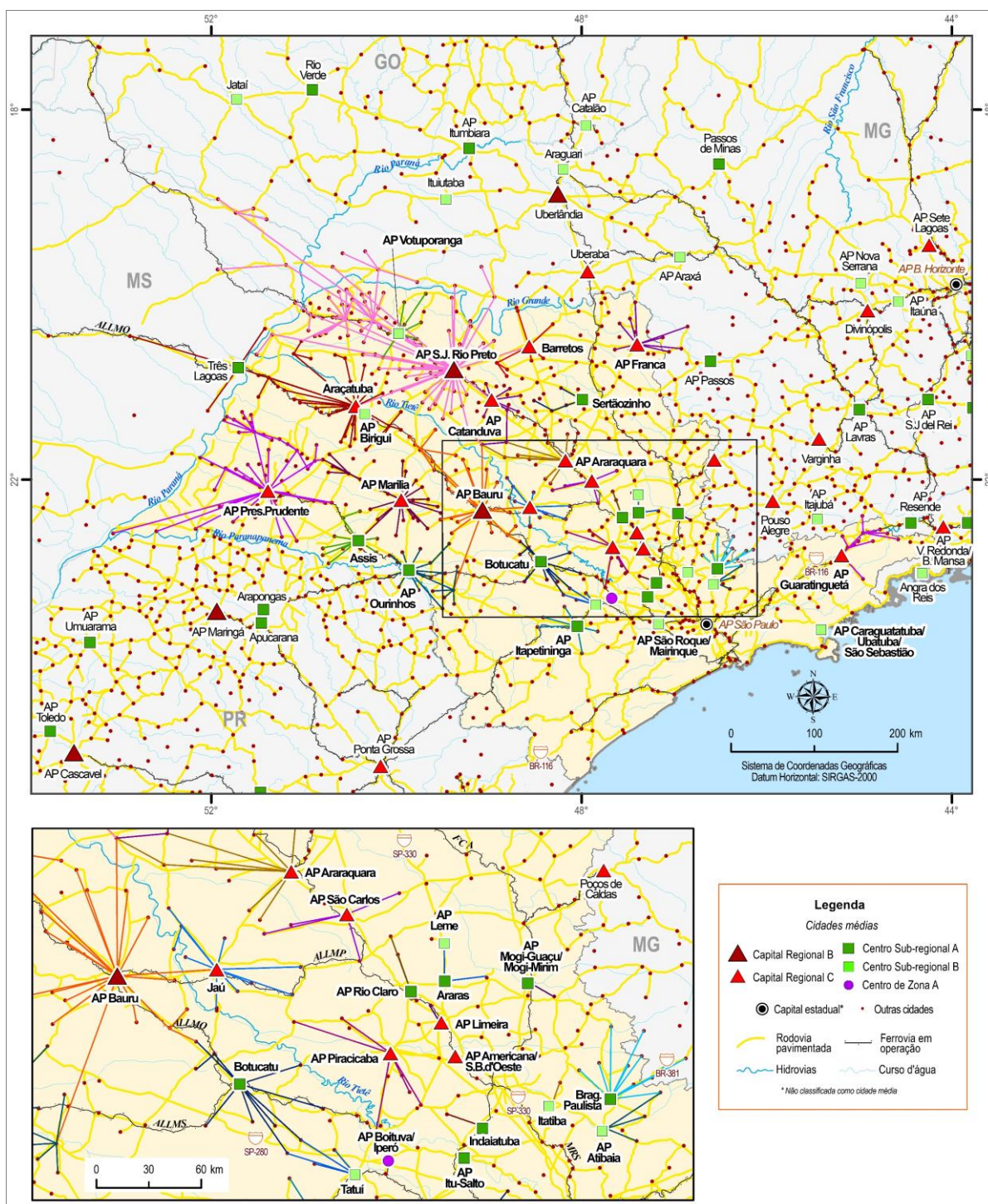
No que concerne à geografia das regiões de influência de cidades médias – assim como na própria rede urbana em geral – é possível identificar diferentes arranjos espaciais. Uma primeira concentração engloba os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e a metade sul de Minas Gerais, que corresponde à área econômica *core* do país, apresentando as mais altas taxas de concentrações urbanas e maior percentual de contribuição ao PIB nacional.

A rede urbana das áreas industriais do Sudeste, especialmente aquelas do Vale do Paraíba e da área próxima à metrópole paulista – Santos, Jundiaí, Sorocaba e Campinas – assim como pelo eixo que se estende de Campinas a Ribeirão Preto, caracteriza-se por forte tendência a uma coalescência física e forte integração funcional. Trata-se de um padrão especial de áreas urbano-industriais originador de “corredores” urbanizados (CORRÊA, 1997, p. 98).

No estado de São Paulo, a despeito do ponderável peso econômico e populacional da metrópole paulistana, delineia-se uma numerosa rede de cidades médias (35) irradiada a partir da capital paulista, a qual acompanha a malha rodoferroviária, mormente a oeste, noroeste e nor-noroeste. Entretanto, as regiões de influência desses centros urbanos (em especial, dos 2B, 2C e 3A) são mais vastas à medida que se distanciam das regiões metropolitanas que conformam a chamada Macrometrópole Paulista (EMPLASA; FUNDAÇÃO SEADE, 2011) – a Grande São Paulo e as regiões de Campinas, de Sorocaba, da Baixada Santista e de São José dos Campos. Assim, cidades médias como os APs de São José do Rio Preto e de Bauru (2B), Araçatuba e APs de Presidente Prudente, de Marília e de Franca (todas 2C) articulam regiões com grande número de núcleos urbanos no interior paulista, diferentemente de outras capitais regionais importantes, mas com localizações mais próximas à esfera de influência da macrometrópole – caso de Limeira e dos APs de Piracicaba e de Americana-Santa Bárbara d’Oeste (nas proximidades de Campinas) e do AP de Guaratinguetá (no Vale do Paraíba), por exemplo (Figura 12).

Vale ressaltar que em São Paulo, pelo fato de o estado apresentar uma rede urbana mais densa e com um expressivo número de cidades médias de elevada hierarquia, estas “competem” entre si, resultando em um número menor de municípios polarizados na região de influência das mesmas.

Figura 12: São Paulo: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

A mesma lógica se observa no Rio de Janeiro, guardadas as diferenças na rede urbana nos dois estados. Na rede urbana fluminense, bem menor e com menos cidades, a forte concentração urbana em torno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (que congrega mais de 70% da população estadual) e a própria posição relativa de seu sítio urbano, dentro da Baía de Guanabara, contribuíram para a

constituição de um conjunto de cidades médias situadas a curtas e médias distâncias da capital. Em tal contexto, centros como o AP de Petrópolis, AP de Volta Redonda-Barra Mansa, AP de Cabo Frio e AP de Macaé-Rio das Ostras (todos centros 2C) possuem regiões de influência menores na comparação com cidades mais afastadas da faixa litorânea e do “Grande Rio”, como Nova Friburgo (3A) e o AP de Campos dos Goytacazes (2C) (Figura 13).

No vizinho Espírito Santo, o protagonismo regional é assumido por Cachoeiro de Itapemirim (2C), na porção meridional do estado. Mais ao norte, a orientação espacial em eixos se destaca: em sentido oeste-leste no Vale do Rio Doce (Colatina e Linhares) e, a partir daí, seguindo a BR-101 e a faixa litorânea, a norte em direção a São Mateus, e na direção para Aracruz e Guarapari rumo à Região Metropolitana de Vitória (Figura 13).

De outra parte, em Minas Gerais, o sistema de cidades médias e suas hinterlândias apresenta-se fortemente diferenciado no território. Há notória concentração na área que inclui o sul do estado e a porção sita à oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mais próximas e articuladas à Macrometrópole Paulista e à porção mais urbanizada do estado do Rio de Janeiro. O AP de Juiz de Fora (2B) estende ampla influência na região da Zona da Mata, enquanto Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha (cidades 2C) se destacam no sul-sudoeste, e Uberlândia (2B) e Uberaba (2C) articulam a maior parte do Triângulo Mineiro.

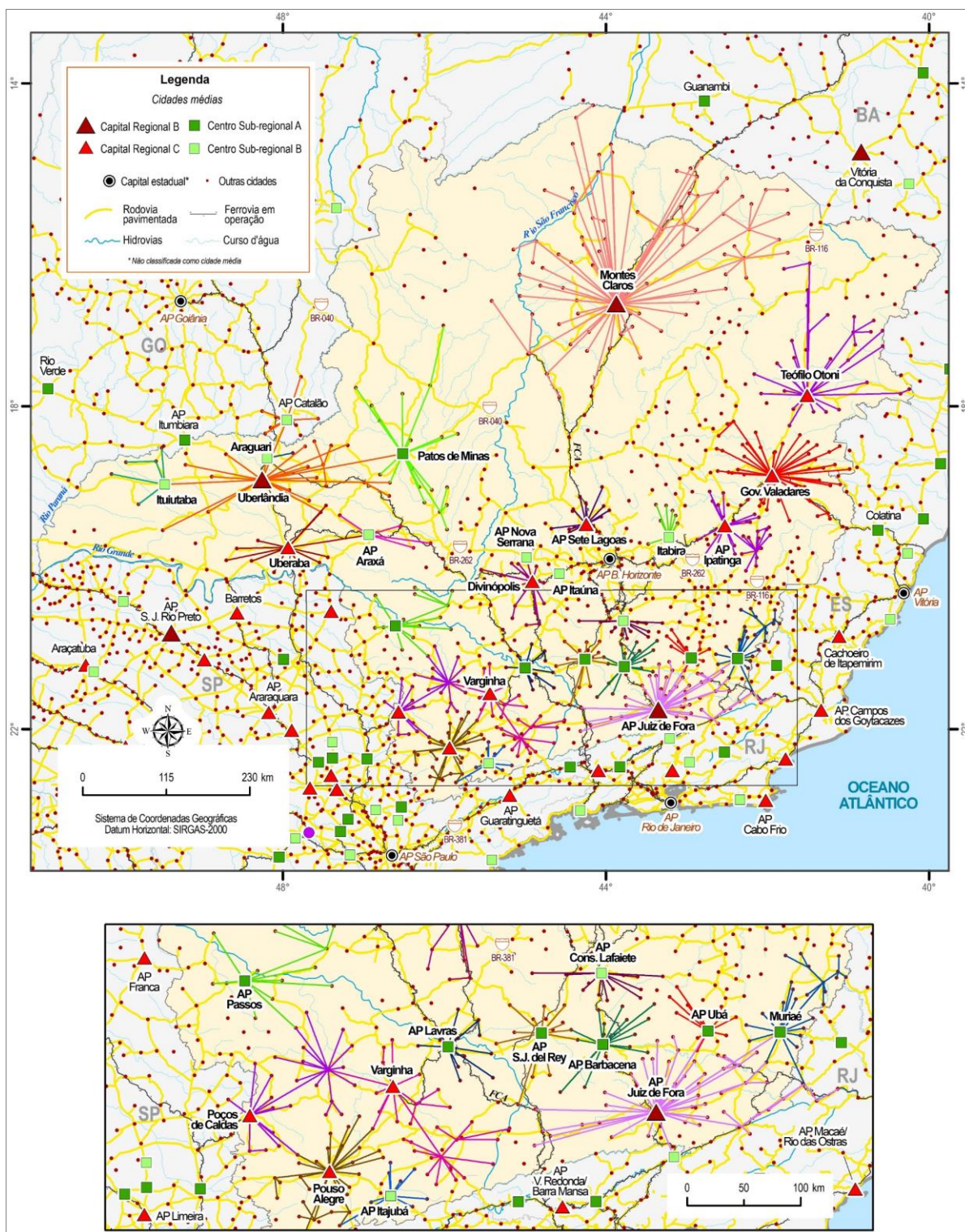
Já na área entre o AP de Lavras e Muriaé, as centralidades são mais repartidas entre seis centros sub-regionais. Partindo da Grande Belo Horizonte, demarca-se outro eixo importante articulado por ferrovias: para sudoeste, rumo a Divinópolis, e para leste-nordeste, em direção ao chamado Vale do Aço (AP de Ipatinga) e a Governador Valadares. A partir daí, na porção setentrional do estado, o padrão espacial se altera substancialmente, com esta última cidade articulando vasta região no Vale do Mucuri, e mais ao norte, com Montes Claros (2B) e Teófilo Otoni praticamente polarizando todo o norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha respectivamente (Figura 14).

**Figura 13-** Rio de Janeiro e Espírito Santo: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

Figura 14- Minas Gerais: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



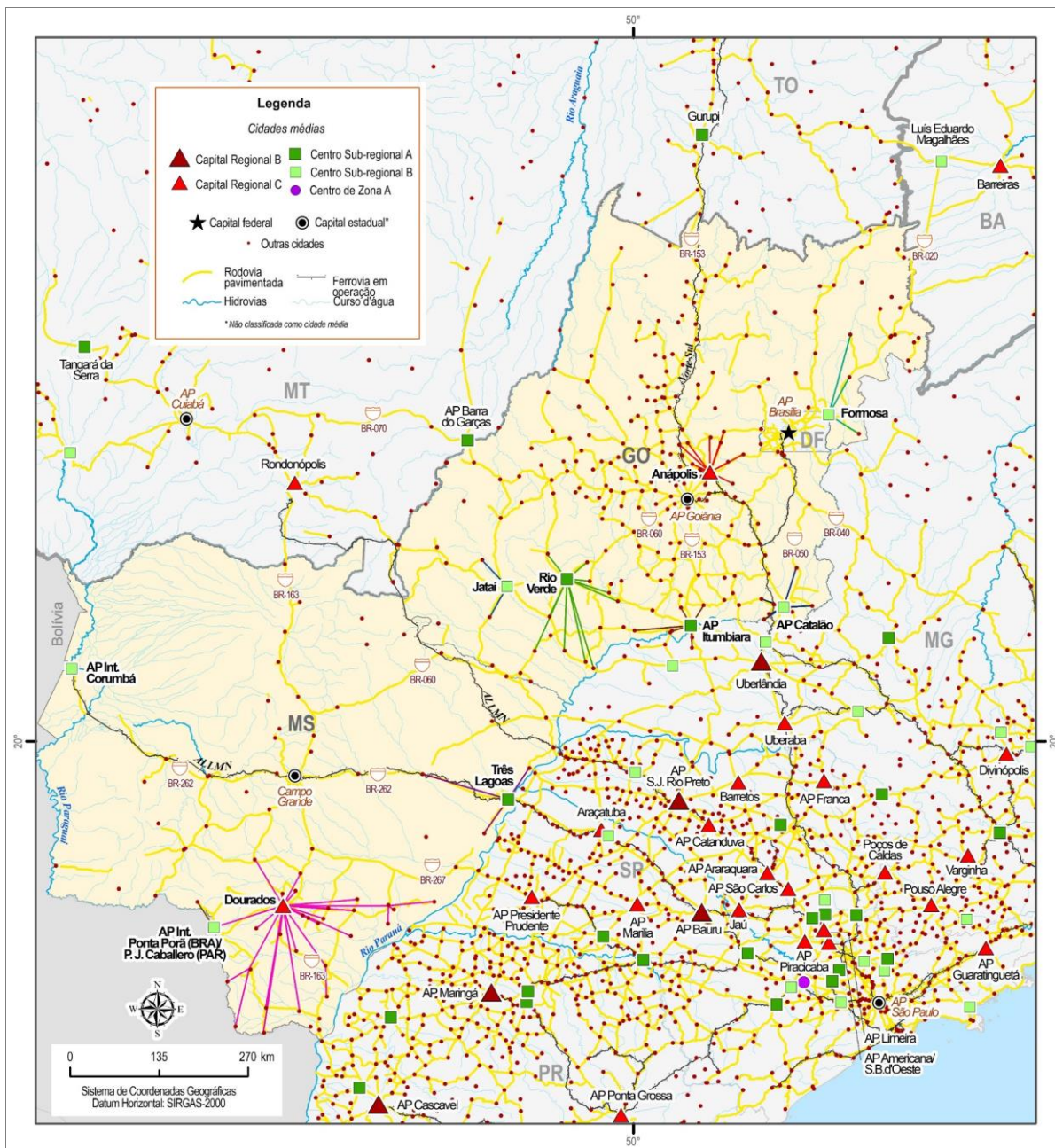
Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

Na porção noroeste da região geoeconômica em tela, as cidades médias dos estados de Mato Grosso do Sul e, sobretudo, de Goiás configuram um espaço de transição entre a zona de intensa urbanização e a faixa de avanço da fronteira agropecuária na Amazônia. Cidades goianas como Rio Verde (3A) e Jataí (3B) e a

sul-mato-grossense Dourados (2C) devem parte importante de seu crescimento e centralidade regional à moderna agropecuária. O mesmo vale para os arranjos populacionais internacionais de Corumbá e Ponta Porã (ambas 3B) que, embora não articulem expressivas regiões de influência, são ambas “pontas de trilhos” de importantes vias férreas de escoamento de produtos para São Paulo e para exportação via porto de Santos, ademais de constituírem entrepostos comerciais internacionais com cidades muito próximas nos países vizinhos (Puerto Quijarro, na Bolívia, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, respectivamente) e rotas de entrada e saída desses países.

As demais cidades goianas, por sua vez, estão mais próximas das concentrações urbanas paulista e mineira e das metrópoles de Brasília e Goiânia, o que lhes propicia maior diversidade e complementaridade econômica. São os casos de Anápolis (2C), ligada às duas referidas metrópoles pela BR-060, e dos APs de Itumbiara (3A) e Catalão (3B), próximos à região de influência de Uberlândia e posicionadas nos eixos rodoferroviários norte-sul (Figura 15).

**Figura 15:** Goiás e Mato Grosso do Sul: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).



No Sul do Brasil, a espacialização das regiões de influência das cidades médias carrega também, além das marcas impressas pelos diferenciais da divisão territorial do trabalho, um peso histórico-geográfico importante dos diferentes projetos de ocupação e colonização levados à cabo na região. Primeiramente, até meados do século XIX, quando ocorreram os processos pioneiros de ocupação extensiva do território ligados à administração colonial e aos governos imperiais. Nesse período, de modo geral, constituem-se as bases da ocupação do chamado Paraná Tradicional (litoral e planaltos de Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava-Palmas), bem como das faixas litorâneas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, dos campos de Lages (SC), e das regiões gaúchas de Vacaria, de Passo Fundo, do delta do Guaíba (atual Grande Porto Alegre) e da Campanha.

A partir do último quartel do século XIX, uma sucessão de eventos – chegada de imigrantes europeus e asiáticos, abertura da ferrovia São Paulo-Rio Grande, projetos empresariais de colonização, redistribuição geográfica da população, entre outros – estabeleceram as bases da diferenciação territorial regional. Em tal contexto, as áreas de ocupação historicamente mais recentes desenvolveram um conjunto mais numeroso de pequenas vilas e povoados, dando origem a uma rede urbana com grande número de cidades pequenas polarizadas por um centro urbano regional (geralmente industrial) – caso do norte e oeste do Paraná, oeste de Santa Catarina, noroeste e serra gaúchos. Diferentemente das áreas com povoamento mais antigo, em que a rede de cidades desenvolvida ganhou configuração mais rarefeita, exceção feita às aglomerações urbanas comandadas por Curitiba e Porto Alegre, e de parte do litoral catarinense. Tais processos, associados a dinâmicas recentes da economia sul-brasileira pós-1970 – que fortaleceram a concentração urbana-industrial nas metrópoles supracitadas e beneficiaram também cidades como Joinville, Florianópolis, Itajaí e, mais recentemente, Balneário Camboriú, em Santa Catarina – ajudam a explicar a geografia atual das cidades médias e suas hinterlândias no Brasil meridional.

No Paraná, a centralidade do AP de Maringá (2B), a despeito da relativa proximidade com o AP de Londrina (cidade também 2B, distante 100 km a leste), é ampla, estendendo-se para noroeste e satelizando a região próxima a Umuarama. No oeste do estado, o agroindustrial AP de Cascavel, outra capital regional B, também polariza vasta área, estando posicionada no extremo ocidental da ferrovia Ferroeste e no vetor da BR-277, eixo articulador regional a Curitiba e ao Porto de Paranaguá, a leste, e a Foz do Iguaçu, a oeste. Esta última cidade constitui com

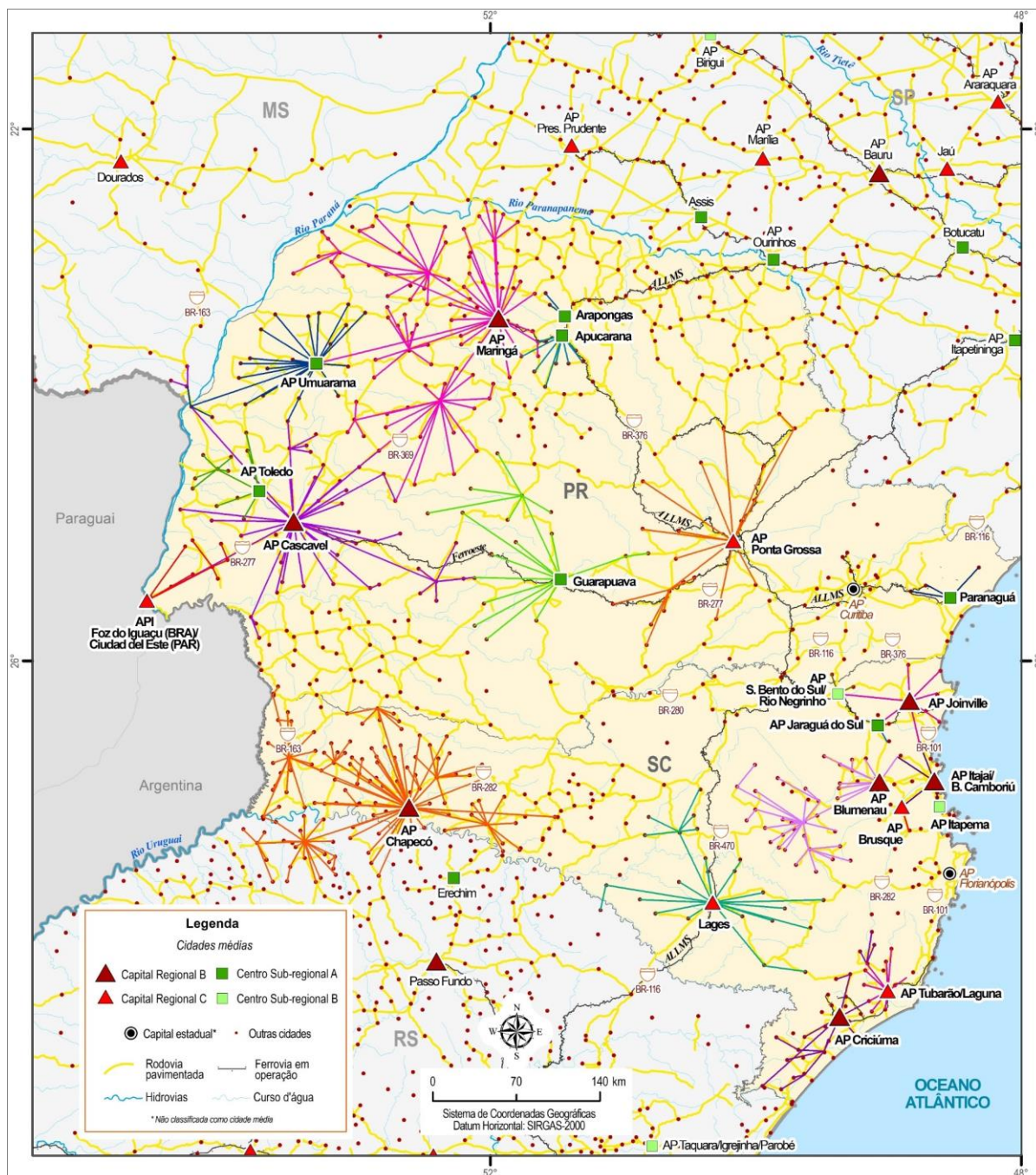
Ciudad del Este, no Paraguai, a maior aglomeração urbana fronteiriça no Brasil. Apesar de articular uma região de influência pequena, Foz do Iguaçu possui grande importância como centro comercial internacional, polo turístico (sobretudo devido ao Parque Nacional das Cataratas do Iguaçu) e de produção energética em razão da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

No centro-leste do estado, as cidades de Guarapuava (3A) e, principalmente, Ponta Grossa (2C) polarizam extensas áreas de ocupação antiga, esta última beneficiada por abrigar o que foi, durante décadas, o maior entroncamento rodoferroviário do Sul do Brasil – conectando a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande a ramais rodoferroviários em direção a Londrina, a Curitiba e Paranaguá, ao oeste do estado e ao interior paulista. Por fim, Paranaguá (3A), situada em uma região ainda pouco urbanizada, mantém papel relevante devido à atividade portuária, especialmente na exportação de grãos (Figura 16).

Em Santa Catarina, verifica-se maior equilíbrio na rede urbana em comparação com os estados vizinhos. O peso econômico e demográfico comparativamente menor da capital Florianópolis – alçada à condição de metrópole recentemente pelo IBGE, justamente na última pesquisa REGIC (IBGE, 2020b) – permite maior importância relativa às cidades médias no estado. Entretanto, a concentração das cidades desse patamar é notória na faixa litorânea e no Vale do Itajaí. Destaque para os APs de Joinville e Criciúma (ambos 2B), com funções industriais importantes, e do AP de Itajaí-Balneário Camboriú (também 2B), que abriga o maior complexo portuário sul-brasileiro (Itajaí e Navegantes), além de uma intensa atividade turística e imobiliária em Balneário Camboriú. O AP de Blumenau, outra capital regional B, estende sua influência para “dentro”, na direção à montante no Vale do Itajaí.

Na região da serra catarinense, Lages (2C) estende sua influência sobre uma vasta área de ocupação urbana rarefeita e voltada predominantemente para a produção de madeira e celulose. Por sua vez, na porção ocidental do estado, o AP de Chapecó (2B), assentado numa área baseada em pequenas propriedades rurais e com núcleos urbanos de pequeno porte, organiza a mais numerosa rede de influência dentre todas as cidades médias, com 145 cidades em sua hinterlândia. A cidade exerce forte centralidade numa região que possui um dos maiores complexos agroindustriais de produção de carnes da América Latina, a qual alcança quase todo o oeste catarinense, além de parte do noroeste gaúcho (Figura 16).

**Figura 16-** Paraná e Santa Catarina: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias

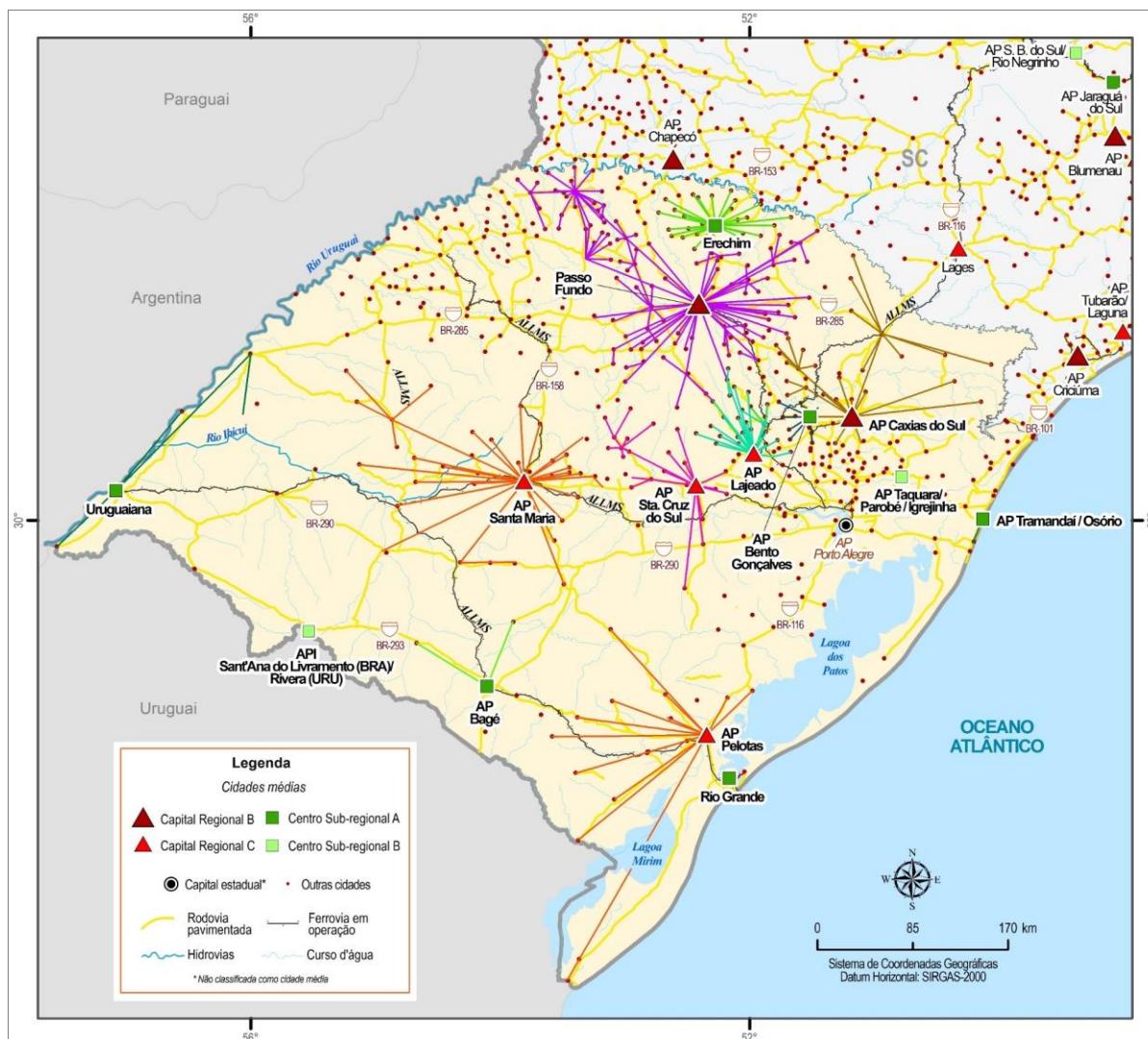


Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

No Rio Grande do Sul, Passo Fundo (2B) exerce papel semelhante ao de Chapecó, impondo sua força sobre 136 cidades do noroeste gaúcho, encampando a rede de Erechim e “disputando” com a capital regional do oeste catarinense a área de Frederico Westphalen, no extremo noroeste. Na serra gaúcha e planalto nordeste, a liderança é do AP de Caxias do Sul (2B), articulando uma região industrial e fruticultora com denso conjunto de cidades. Os APs de Lajeado e de

Santa Cruz do Sul (ambos 2C) articulam seus campos de influência na porção central do estado – o primeiro no eixo rodoferroviário em direção a Passo Fundo, e o segundo no vale do rio Jacuí (Figura 17).

**Figura 17-** Rio Grande do Sul: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias



Fontes: IBGE – REGIC 2018 (2020) e bases cartográficas (2019); ESRI – base cartográfica (2013); Ministério da Infraestrutura (2017). Org.: Elaborado por Ederson Nascimento (2021).

Nas demais regiões gaúchas, esparsamente urbanizadas, destacam-se duas capitais regionais C – o AP de Santa Maria, na porção central, e o AP de Pelotas, que, com Rio Grande (3A), usufruem de uma relevante rota rodoferroviária e portuária. O estado abriga ainda, por fim, duas cidades médias fronteiriças, ambas com poucos liames de influência em suas circunvizinhanças, mas com importância estratégica: trata-se da conurbação entre Sant'Anna do Livramento (BRAY) Rivera (URU) e Uruguiana, localizada no extremo sudoeste do estado, que constitui portal de entrada e saída para Buenos Aires e outras localidades da Argentina e do Chile (Figura 17).

## Considerações finais

A análise ora realizada da distribuição espacial das regiões de influência das cidades médias no território brasileiro, evidencia a diversidade e os desequilíbrios regionais na rede de cidades e na composição e morfologia das áreas polarizadas pelas mesmas. De modo geral, observa-se que nas porções do território onde a rede urbana é mais articulada, as cidades médias estendem influência em áreas menos extensas e com menor número de centros urbanos. Em contraposição, nas áreas menos urbanizadas, com maior concentração econômica em poucos centros urbanos, a centralidade das cidades médias se amplia, bem como seu campo de atração, de modo que o quantitativo de cidades da região de influência tende a ser maior, dependendo também do grau de fragmentação territorial em municípios.

A título de conclusão, ressalta-se as contribuições metodológicas e empíricas fornecidas pelo presente estudo ao conhecimento da rede de cidades médias brasileiras, que, em síntese, consistem em:

- i) apresentar uma metodologia com critérios para identificação dessas cidades, levando em consideração as diferenças geoeconômicas macrorregionais;
- ii) caracterizar e representar cartograficamente a sua distribuição em escalas nacional e regional/estadual, avançando analiticamente em relação ao conteúdo apresentado na publicação do IBGE sobre a REGIC 2018<sup>9</sup>, e;
- iii) sistematizar e apresentar um procedimento simples para identificar e mapear as regiões de influência das cidades a partir da matriz de ligações entre cidades construída pelo IBGE, procedimento esse que é replicável a qualquer cidade brasileira e exequível na maioria dos sistemas de informações geográficas disponíveis atualmente.

Espera-se que a pesquisa possa subsidiar à elaboração de políticas públicas em diferentes níveis de gestão, assim como incentivar o desenvolvimento de novos estudos relacionados ao tema.

## REFERÊNCIAS

- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.
- CRAMPTON, J. W. **Mapping: a critical introduction to Cartography and GIS**. Oxford: Blackwell, 2010.

---

<sup>9</sup> No livro-texto que apresenta a pesquisa REGIC (IBGE, 2020b), que é a publicação mais conhecida e de compreensão mais simples ao público em geral, o IBGE apresenta em mapas a hierarquia urbana e as regiões de influência das cidades só até o nível "capital regional B" (2B).

EGLER, C. A. G. Apontamentos sobre rede urbana e políticas públicas no Brasil. In: MATOS, R.; SOARES, W. **desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2010. p. 91-114.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO; FUNDAÇÃO SEADE. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: EMLASA, 2011.

GEIGER, P. P. Organização regional do Brasil. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro, t. 33, n. 61. p. 25-57, 1964.

GIRARDI, G. Cartografia geográfica: reflexões e contribuições. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 87, p. 45-65, dez. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2020**. Rio de Janeiro, 2020a.

Disponível em:

<[https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2020/estimativa\\_dou\\_2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: estudos básicos para caracterização da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001. v. 1.

LAMBERT, N.; ZANIN, C. **Manuel de Cartographie**: principes, méthodes, applications. Paris: Armand Colin, 2016.

LONGLEY, P.; GOODCHILD, Michael F.; MAGUIRRE, D. J.; RHIND, D. W. **Geographic information science & systems**. New York: Wiley, 2015.

MATIAS, L. F. **Por uma cartografia geográfica**: uma análise na representação gráfica na Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH/USP, 1996.

MIRANDA, E. E.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. **Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2014. (Nota Técnica 1).

MOTTA, D. M.; EGLER, C. A. G.; RIBEIRO, M. B.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L.; NASCIMENTO, E.; ARRUDA, R. A.; SACCARO JÚNIOR, N. L.; PÊGO, B. **Projeto competitividade e governança das cidades médias do Brasil**: referencial conceitual e metodológico. Relatório 1. [Brasília]: IPEA, 2022a. (Relatório Institucional)

MOTTA, D. M.; EGLER, C. A. G.; RIBEIRO, M. B.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L.; NASCIMENTO, E.; ARRUDA, R. A.; SACCARO JÚNIOR, N. L.; PÊGO, B. **Projeto competitividade e governança das cidades médias do Brasil**: sistema urbano, centralidade e competitividade das cidades médias. Relatório 2. [Brasília]: IPEA, 2022b. (Relatório Institucional)

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Redefining “urban”**: a new way to measure metropolitan areas. Paris: OECD, 2012.

SALICHTCHEV, K. A. Cartographic communication: its place in the theory of science. **The Canadian Cartographer**, Toronto, University of Toronto Press, n. 15, v. 2, p. 93-99, 1978.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, n. 9, v. 6, p. 21-28, 1999.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Unesp, FCT, 2001. p. 609-643.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Eds.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.

ZEILER, M. **Modeling our world**. the ESRI guide to geodatabase concepts. Readlands, EUA: ESRI, 2000.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Ederson Nascimento**- concepção, levantamento e análise de dados, geoprocessamento, elaboração de mapas, contribuições bibliográficas, elaboração do manuscrito, discussão dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

**Diana Meirelles da Motta**- concepção, contribuições bibliográficas e metodológicas, elaboração do manuscrito e discussão dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

**Fernando Luiz Araújo Sobrinho**- levantamento e análise de dados, contribuições bibliográficas, discussão dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

### FINANCIAMENTO

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, pela concessão de bolsas de pesquisa concedidas aos autores.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Sant Catarina – FAPESC e à Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, pelo fomento científico concedido ao primeiro autor.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### HISTÓRICO

Recebido em: 10-12-2022

Aprovado em: 13-06-2023